

# NOTICLÁRIO

## ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA.

Conforme noticiamos (1), realizou-se de 23 a 27 de agosto, em Munique, o III Congresso Internacional de História Econômica, presidido pelo Prof. Fernand Braudel. Nesse certame foi apresentado e aprovado o seguinte Projeto de Estatutos da referida Associação:

1. — A Associação Internacional de História Econômica tem fins puramente científicos.

2. — Os fins da Associação são:

- a) assegurar e desenvolver os contactos pessoais entre os historiadores economistas de todos os países;
- b) organizar reuniões científicas e notadamente um Congresso Internacional de História Econômica todos os 2 ou 3 anos;
- c) encorajar tôdas as publicações visando o desenvolvimento e a difusão da história econômica.

3. — A Associação é composta de comissões nacionais de história econômica ou de história política e de sociedades nacionais ou internacionais que se interessam por uma secção particular da história econômica ou da economia política.

4. — A Associação é administrada por uma Comissão e por um Comitê Executivo .

5. — A Comissão é composta de um representante de cada comissão ou sociedade nacional, ou sociedade-membro, e de dois representantes das associações nacionais dos Estados Unidos da América, da França, do Reino Unido e da União Soviética. Ela pode adicionar membros agregados cujo número não passará de 25% o conjunto da Comissão. A Comissão se reunirá pelo menos uma vez por ocasião de cada Congresso Internacional.

6. — O Comitê Executivo compreende um Presidente, um Vice-presidente, um Secretário-Geral, um Tesoureiro e 5 membros eleitos pela Comissão.

7. — Cada país não pode ter mais do que dois representantes no Comitê Executivo. Os Estados Unidos da América, a França, o Reino Unido e a União Soviética tem o direito de ter pelo menos um representante no Comitê Executivo.

8. — O Comitê é eleito pela Comissão, o Presidente sendo Presidente e o Vice-presidente Vice-presidente da Comissão e do Comitê Executivo ao mesmo tempo.

(1). — Revista de História n.º 62, abril-junho de 1965, págs. 503-505.

9. — O Comitê Executivo pode designar Presidentes-Honorários convidados a participar das reuniões do Comitê com voto deliberativo.

10. — O Tesoureiro deverá apresentar cada ano um relatório financeiro perante o Comitê.

11. — Tôda a mudança de estatuto deverá ser votada pelos dois terços dos membros da Comissão. As outras decisões serão tomadas por maioria simples.

12. — O montante das contribuições é fixado em \$ 25 por ano para cada uma das comissões ou sociedades nacionais e sociedades-membros. As Associações nacionais dos historiadores economistas dos Estados Unidos da América, da França, do Reino Unido e da União Soviética, pagam uma contribuição dupla.

13. — O texto dos estatutos que fazem fé é o texto das versões inglesa, francesa e russa (2).

**E. SIMÕES DE PAULA**

\*

**LIVRE-DOCÊNCIA EM HISTÓRIA AMERICANA NA FACULDADE  
DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE  
DE SÃO PAULO.**

O Dr. Manuel Nunes Dias, livre-docente da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea, apresentou-se para um novo concurso de títulos e provas. Desta vez, porém, concorreu à livre-docência na Cadeira de História da Civilização Americana. Já vinha prestando serviços junto a essa Cadeira desde 1963, como regente do curso noturno.

Concorrendo à livre-docência, como candidato único, apresentou-se com o trabalho: "O comércio livre entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789)" (1), que, foi afinal, reconhecido unanimemente pela banca examinadora como de alto valor científico pelo conteúdo, pela forma e pela técnica de pesquisa e elaboração.

Essa tese, sem dúvida alguma, terá repercussões nos meios científicos de pesquisa historiográfica e enriquecerá o vasto acervo que o candidato já tem fornecido ao público culto e estudioso da ciência histórica.

Acostumados que estão os estudiosos de História com os trabalhos do Prof. Nunes Dias, com os assuntos novos relacionados com

(2). — Os presentes Estatutos foram aprovados pela assembléia geral do III Congresso Internacional de História Econômica, em Munique (München), em 27 de agosto de 1965.

(1). — O comércio livre entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789). 2 volumes. 716 págs. (Serviço de Documentação da Reitoria da Universidade de São Paulo). Cidade Universitária. São Paulo, 1965.

a Economia Atlântica na época colonial — como aconteceu com a sua tese: “A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”, com a qual concorreu à livre-docência na Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea em agosto de 1960 — encontra-se no presente trabalho um novo estudo da matéria em outra área geográfica de igual interesse. É, como aquêle, um trabalho de Instituições no âmbito da História Econômica. O autor tem orientado os seus estudos e pesquisas, e se especializado mesmo, neste ramo da ciência humana e, por isso, já tem outros trabalhos de valor reconhecido nesse campo.

As provas tiveram lugar nos dias 14 e 16 de junho de 1965, no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

A Banca Examinadora compunha-se dos seguintes professores: Astrogildo Rodrigues de Mello (presidente) e Eurípedes Simões de Paula, Eduardo d'Oliveira Franca, todos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi completada pelos professores Francisco Iglésias da Universidade de Minas Gerais e Marcos Carneiro de Mendonça do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os trabalhos foram presididos pelo Prof. Rui Ribeiro Franco, Vice-diretor em exercício da Faculdade.

#### PROVA DE TÍTULOS.

Para a prova de títulos o candidato apresentou um grande acervo de publicações bem como comprovantes da sua formação profissional. Foi assistente, doutorou-se e conquistou o título de livre-docência na Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Compareceu a vários Congressos internacionais e procedeu pesquisas em diversos arquivos. O candidato vem se especializando em História das Instituições Econômicas. E todos os seus trabalhos, direta ou indiretamente, acham-se ligados à Península Ibérica. Ultimamente vem se dedicando mais especificamente à historiografia do Atlântico americano.

#### PROVA DIDÁTICA.

Para esta prova foi sorteado o tema: “A doutrina de Monroe e a política internacional”. Vinte e quatro horas após, no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, perante numeroso público, o candidato ministrou a sua aula. Procurou dar um cunho pessoal ao assunto, tratando inicialmente do conceito de “doutrina” e depois de “política”, demonstrando a importância da conceituação inicial desses dois termos no absoluto e o conceito dos mesmos no tema. Frisou em seguida a relevância da cronologia até o ano de 1822 ou até 1825, na História das Relações Internacionais.

#### DEFESA DE TESE.

Como sempre acontece, a defesa de tese é a prova mais interessante, pois nela o candidato dá a medida do seu preparo e capa-

cidade. Todos os membros da Banca Julgadora foram unânimes na apreciação do valor do trabalho, pois tratava-se de uma tese baseada em pesquisas pessoais do candidato nos arquivos europeus e sempre alicerçada em provas documentais, gráficos, tabelas, etc.

#### **Arguição do Dr. Marcos Carneiro de Mendonça.**

O Dr. Marcos Carneiro de Mendonça, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor especializado em estudos de reconhecido valor sobre o século XVIII foi o primeiro examinador a iniciar a arguição. Após considerações gerais, abordou, de passagem, o trabalho anterior do candidato. Salientou a sua convicção de ter sido a Companhia do Grã-Pará-Maranhão criada para combater a Companhia de Jesus, pois que Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 1751, já estava no Pará; e, logo depois, em 1755 foi criada a Companhia de Comércio do Grão-Pará-Maranhão, pelas injunções da época, com os comerciantes. Passando à tese, lembrou que Cuba fôra tomada pelos ingleses. Não teria sido, pois, devido ao controle dos ingleses a ida para Havana da técnica e de cabedais materiais? Não teria havido a influência da indústria norte-americana? A paz de Argel, não teria determinado a D. João III estabelecer relações com Cuba e Espanha? Lembrou ainda que desde 1715 pleiteava-se construção de navios em Havana com madeiras do Brasil, o que seria contra o interesse das construções navais em Lisboa, que eram com madeiras do norte. Finalmente, perguntou quais teriam sido as conseqüências do tráfico na multiplicação do valor de exportação — não seriam conseqüência dos tratados com a Espanha, pois que esta recebera indenização pela detenção do tráfico de escravos?

#### **Resposta do candidato.**

Respondendo, o candidato referiu-se às obras **O Marquês de Pombal e o Brasil** e **A Amazônia na época Pombalina** do ilustre argüidor, dizendo que as primeiras questões propostas escapavam à abordagem da sua tese. Entretanto, acoimado de “pombalino” e “anti-jesuíta”, sentia-se no dever de afirmar que “nunca passara pelo espírito de Pombal a idéia da instituição de uma companhia de comércio destinada a perseguir os jesuítas”, não! Porém, era natural que houvesse na Companhia condições ideais para a expulsão dos jesuítas. Era um movimento da época, não era movimento exclusivamente português. Ademais, a idéia da criação da Companhia não foi de Pombal, mas dos colonos apoiados por Mendonça Furtado, que tinham o desejo de substituir o trabalho do índio pelo trabalho do negro africano. A idéia do estabelecimento da gigantesca empresa ultramarina, dir-se-ia, é anônima, não obstante o papel desempenhado por Xavier de Mendonça, o mano do “odiado Pombal”. A idéia mesmo do empreendimento nasceu entre os próprios colonos, afirmando o candidato a existência de documentação nesse sentido.

A crítica feita pelo examinador de que o marco de 1758 teve por conseqüência determinar a falta de embasamento ao trabalho em foco, respondeu o candidato que a tese, já tão alentada, tratava apenas de uma instituição: período mais largo alongaria sem razão o estudo da natureza do Comércio Livre, escapando ao que se havia proposto fazer. Admitiu, sim, que o surto de Havana se acha em estreita ligação com os ingleses em Cuba, dada a revolta dos escravos de São Domingos.

Não se limitou à data de 1788, estendendo-se até 1789, como seria, pela morte de Carlos III, porque o surto do Comércio Livre de Havana continuou além dessa data. Aliás, êsse surto não se restringiu a essa área, mas estendeu-se a outras regiões, de acôrdo com os vários fundamentos econômicos surgidos — prata de Vera Cruz; em Montevidéu e Buenos Aires ancoradouros da coirama; em La Guaira, o cacau e o algodão; em Campeche, madeiras tinturiais; o México substituiu Potosi na produção da prata.

E o problema de capitais? Havana não parou; surgiram nas outras áreas de Comércio Livre, consulados modernizados com estrutura diferente, como é o caso do México e de Lima.

A partir de 1713 iniciaram-se os surtos de estaleiros e pleiteou-se a instalação de estaleiros em Havana; o próprio Francisco de Mendonça Furtado pretendeu instalá-lo com madeiras tropicais, madeiras do Brasil. Depois, retardou-se a pretensão para 1723, para não concorrer perigosamente com Lisboa.

#### **Arguição do Prof. Dr. Francisco Iglésias.**

O Prof. Dr. Francisco Iglésias abriu considerações à tese de maneira serena, mas firme. Apresentou ao Autor objeções e esquematizou sua análise em três pontos básicos: 1.º — o mercantilismo e o Comércio Livre; 2.º — a questão metodológica, qual seja a história quantitativa e o seu real alcance como explicação; 3.º — confrônto entre o que a tese pretendeu, como disse o Autor na Introdução, o que de fato se demonstrou.

A objeção e a réplica demonstraram a partilha ultramarina e as fases experimentais do mercantilismo espanhol, seguido do fomento econômico da política de Carlos III; finalmente, viu-se o estabelecimento do Comércio Livre. Ainda nesse reinado assistiu-se também, à modernização da vida espanhola, impregnada do espírito capitalista.

Examinando o Comércio Livre, evidenciado ficou que o Autor e o Examinador estão concordes de que essa instituição, parecendo contrária à política do mercantilismo, desenvolveu-se na mesma linha, pois houve a abertura de novos portos, na Espanha e na América; permitiu-se a circulação, embora perdurassem os privilégios antigos, reais ou particulares; reduziram-se os tributos de importação ou exportação. E êsse Comércio Livre, paradoxalmente — “livre e protegido”, seria livre para os espanhóis, mas protegido da

concorrência estrangeira. Uma referência do Autor da tese, sobre o Regulamento de Carlos III, de 1778 evidencia tal asserção:

“Y considero Yo, que solo un comércio libre y protegido entre Españoles europeos e americanos” — (tese, pág. 135).

Assim o era também o liberalismo franco-inglês, e portanto, a pregação dos teóricos do liberalismo era apenas um anseio, era mais uma reivindicação do que uma realidade. O Comércio Livre foi a única forma possível de sobrevivência do patrimônio espanhol. Quando se lembra que outros portos foram abertos ao Comércio Livre (Campeche, Yucatán, Santa Marta, Rio de la Hacha, etc.), sabe-se que essas medidas foram tomadas para enfrentar as incursões britânicas nessas águas.

Inclinados para a História Econômica, o Autor e o Examinador teceram considerações para estabelecer até que ponto esta especialidade é viável. Como o Autor, o Examinador acha que “a História quantitativa (abusada pelo Dr. Nunes Dias na sua tese, segundo alguns), é de fato a estrada da História Econômica Estatística, e a constante preocupação do Autor foi fartamente evidenciada no trabalho

“...apuração, significado e interpretação de dados concretos”, (pág. 12).

Mas o levantamento de dados quantitativos para a elaboração de História Econômica, força é reconhecer, é quase sempre problemático, ou impossível para certas épocas ou para certas áreas. No caso em apreço, se foi possível, foi talvez insuficiente. Os dados colhidos pelo Autor esclareceram a época tratada, mas não a caracterizaram.

#### Resposta do candidato.

O candidato propôs-se a uma tarefa para um campo em que historiadores e economistas não chegaram a um acôrdo sobre a nova técnica dêsse trabalho histórico. Reconheceu as razões de dificuldade dêsse tipo de trabalho em face do conceito e do fim da especialidade, nos termos em que Jean Marczewski definiu a História quantitativa como

“...um método de História Econômica que integra todos os fatos estudados em um sistema de contas interdependentes e que daí tira conclusões sob forma de agregados quantitativos, determinados, inteira e unicamente pelos dados do sistema” (Cahiers de L'Institut de Science Economique Appliquée” — citado pelo dr. Iglésias).

Do citado conceito, infere ainda aquele Historiador, que

“uma história econômica que utiliza estatística não é quantitativa enquanto as conclusões às quais ela conduz não se prestarem a uma expressão quantitativa integral” (idem).

No decorrer da réplica, o dr. Nunes Dias esclareceu a sua conceituação de História quantitativa, deixando claro que em tôda te-

se há pluralismo de teses. Demonstrou que aplicando-se aos exames dos problemas históricos sabe discernir, no estudo das questões objetivas e historicamente concretas, as linhas gerais e teóricas, com seguro tino doutrinário, utilizando com segurança os dados da apuração estatística — parte mais árdua da pesquisa.

#### Arguição do Prof. Eduardo d'Oliveira França.

O Prof. Dr. Eduardo d'Oliveira França, Catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo substituiu na Banca, como suplente, ao Prof. Dr. Artur César Reis.

Apresentou uma inquirição severa ao candidato. Essa atitude do Examinador era esperada, especialmente em se tratando da pessoa a quem estava examinando. Nutrem reciprocamente, o Candidato e o Examinador, um vínculo de amizade e gratidão muito profundos. O Prof. França foi o seu professor na Universidade; foi seu Catedrático ao tempo que o Candidato iniciou sua carreira no ensino superior como Assistente. O Candidato elaborou e defendeu sua tese de doutoramento sob os auspícios e a orientação do referido mestre. Teceu toda sua carreira de historiador, pesquisador e professor universitário sob os seus olhos. Tornou-se livre-docente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea, ainda sob sua égide. Daí, a confiança e o orgulho de um para submeter o outro às duras provas a que se assistiu.

Anunciou o examinador 11 observações sérias a seu ver, acerca da obra, todas de caráter metodológico. A exigüidade do tempo regulamentar, entretanto, permitiu se apresentassem apenas 5.

Iniciou o Dr. França focalizando o **unilateralismo** do Autor, que viu apenas o lado espanhol, deixando o homem cubano ausente no trabalho. Havana mesmo, que foi o objeto da tese, não constituiu ao ver do examinador, uma verdade histórica no trabalho! Não examinou o Autor a evolução da economia de Cuba: o gado no século XVII, o contrabando, o açúcar, o tabaco, as respectivas lutas entre os pequenos agricultores. Referiu-se a seguir, à omissão da conjuntura política na obra, mostrando a falta de estudo da política econômica do Despotismo Esclarecido em face da organização das Companhias na América. Contestou valer a expressão "Comércio Livre" como liberalismo, pois tudo era regulamentado, como o próprio Autor demonstra na tese. Portanto, houve um pseudo Comércio Livre, pois a criação de outros portos não significava necessariamente "Comércio Livre", mas alargamento do monopólio. Demais, os ministros de Carlos III não eram liberais, mas agiam a serviço do despotismo. Ressaltou a falta de crítica do Autor aos dados apresentados pelas estatísticas inseridas na obra. Ressentiu a obra, ainda, senão ter sido situada a economia cubana ou atlântica no âmbito internacional, bem como a falta de análise do "Comércio Livre", em face à Inglaterra, contra quem ele fôra instituído.

### Resposta do candidato.

O examinando respondeu às questões propostas e sobre tôdas discorreu brilhantemente, sem se perder nos pormenores e na fragmentação analítica das realidades históricas. Teve oportunidade de discorrer sobre a procedência mexicana da prata e o seu destino, cujas frotas eram buscadas ansiosamente pela Inglaterra, justificando assim sua presença no Caribe. Demonstrou cabalmente em abôno de sua tese, o divórcio que existia entre os interesses do Estado e os interesses dos mercadores, anulando a luta que se travava entre a Corôa e a Inglaterra. Não aceitou as observações. Claro que "Comércio Livre" não é liberalismo, mas o que denominou "mercantilismo ilustrado". Tôda a tese demonstra ausência de liberalismo. Comércio Livre foi contra o "mercantilismo tradicional". E isso somente pôde ser demonstrado com a estatística apurada. A fisiocracia, filha dileta do liberalismo, não era compatível com os interesses da realidade dos Borbons espanhóis. Daí, Carlos II optar por uma "transição" entre "mercantilismo ilustrado" e liberalismo. Assim sendo, "Comércio Livre" é também mercantilismo — mas representa uma nova variante, "mercantilismo ilustrado".

### Arguição do Prof. Eurípedes Simões de Paula.

O Professor Eurípedes Simões de Paula começou dizendo não ser especialista na matéria e que ali estava apenas por ter sido eleito pela Congregação da Faculdade para essa Banca. Lamentou também que muitas coisas que queria dizer já o tivessem sido feito pelos examinadores que o antecederam. Entretanto, por dever de ofício, fêz críticas de ordem geral sobre o excesso de tabelas e gráficos, não porque fôssem desnecessários, mas porque tornariam a publicação da tese extremamente onerosa. Perguntou porque o candidato não citara a **Revista de História**, pelo menos quando indicara a obra de Gustavo de Freitas sobre a Companhia Geral do Comércio do Brasil. Lamentou a ausência de menção da Comissão Internacional de História Marítima de que o candidato é membro do Comitê brasileiro. Perguntou também porque não definira o que eram os "consulados" e se ouro do Brasil tivera importância para a chamada "revolução industrial".

Passando a assuntos mais específicos, argüiu o candidato porque não destacara o papel dos judeus na expansão da indústria canavieira nas Antilhas. Também perguntou porque não falou do comércio de contrabando exercido pelos judeus portugueses. Argüiu sobre a porcentagem da perda de navios pela pirataria, coisa que não foi mencionada na tese. Solicitou esclarecimentos sobre a média de duração de uma embarcação na época focada pela tese. Terminando, perguntou se o candidato poderia informar sobre quem adquiria as mercadorias estrangeiras que eram exportadas para a América, e quem transportava essas mercadorias até os portos de Espanha, perguntou também quem comprava as mercadorias coloniais trazidas pelas frotas aos portos da América.

### **Respostas do Prof. Manuel Nunes Dias.**

O candidato agradeceu as críticas e sugestões contidas da arguição do Prof. Eurípedes Simões de Paula e passou a responder, começando pela definição de “consulado”, historiando a evolução dessa palavra até o século XVIII. Ressaltou o seu caráter de simples agremiação de mercadores e como tribunal, quando transferidos para a América. Demonstrou que o êxodo do judeu do Brasil açucareiro para o Caribe não foi fenômeno isolado, mas geral. Discordando das teses de Sombart, Shaw e Ellis Júnior, afirmou que a revolução industrial teria se dado independentemente do ouro, pelo processo capitalista. O ouro contribuiu apenas para apressar esse processo. E mais ainda, o problema do destino do ouro americano é uma questão que permanece ainda em aberto, pois não conhecemos o registro de sua saída. Um fato, entretanto, é certo: os países ibéricos não podiam reter o ouro por lhes faltar completamente um produto de permuta. Assim é que se pode compreender o início da pressão inglesa no enredo da História da América.

### **Arguição do Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello e resposta do candidato.**

O Prof. Astrogildo Rodrigues de Mello limitou-se a fazer considerações de ordem geral às quais o candidato respondeu com judiciosos e eruditos argumentos. Ele os aceitou como contribuição para o aperfeiçoamento do seu trabalho, tendo agradecido as atenções recebidas.

Encerradas as provas, os examinadores emitiram seus pareceres sobre a atuação do candidato, segundo as diferentes provas que tiveram a oportunidade de apreciar. E, em face dos pareceres, o candidato, Prof. Dr. Manuel Nunes Dias, foi considerado habilitado, por unanimidade, à livre-docência na Cadeira de História da Civilização Americana da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

**DEUSDA MAGALHÃES MOTA**